

RICARDO GELLERT PARIS JÚNIOR

PORQUE PISAR NA GRAMA?

**Divagações a cerca de uma urbanidade em devir, sociabilidade
e desconstrução do espaço público.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: ROBERT MOSES PECHMAN

RIO DE JANEIRO

2013

*Conselho de Sêneca para Lucilo: a palavra viva e a vida em comum te serão
mais proveitosas que o discurso escrito.*

(DERRIDA, JACQUES, 2013)

RESUMO

O trabalho trata de questões a cerca do processo de urbanização nas grandes capitais, com foco no Rio de Janeiro, e a condição da sociabilidade no espaço público. A partir de elementos de construção do ente público, como estigma, amizade, territorialidade e hospitalidade, traça-se um dialogo com o processo de urbanização, implementação de reformas urbanas e a condição da arquitetura contemporânea como decurso do enraizamento do movimento modernista na produção de espaços na cidade. O trabalho tem como ponto de partida cenas-discursos construídos por meio da livre apropriação de imagens que expõem a emergência da reflexão acerca da sociabilidade urbana.

Palavras chaves: Hospitalidade. Modernismo. Sociabilidade. Reformas Urbanas.

SUMÁRIO

CENA1	5
INTRODUÇÃO	6
DISCURSO COMO DISPUTA DE PODER	7
TERRITORIALIDADES COMO CAMPO DE DISPUTA	9
CONSTRUÇÃO DE ESTIGMA NA EXPRESSÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO	12
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DO OUTRO	14
CENA 2	16
HOSPITALIDADE	16
LUGAR NA HOSPITALIDADE	19
DESCONSTRUÇÃO NA ARQUITETURA	20
ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO POLÍTICO	23
PISANDO NA GRAMA E MERGULHANDO NO ESPELHO D'ÁGUA	27
ANEXO	28
REFERÊNCIAS	29

CENA 1

Rio de Janeiro, por volta das 12 horas do dia dezoito de junho, em meio ao fluxo incessante de passantes, área central da cidade, no ponto onde o muro de arrimo do atual prédio sede do BNDES se junta com as estruturas reforçadas subterrâneas do metro; em um cenário de inspiração moderna - área de circulação e negócios, moldado para a utilidade e funcionalidade - surge a figura do índio. Um índio apresentado da forma mais óbvia, tão óbvia que parecia impossível. Armado para a batalha, que certamente já ocorrera e continuava em andamento até o fato enunciado, o índio apresenta suas armas. Desconcertada, a população, que recebe a informação instantaneamente em diversos pontos do Brasil, sente-se agredida. Bradam e exigem a volta de seus direitos, violados pela presença do índio. “Dão muita corda para esta gente. Tacape, arco e flecha são armas e quem as porta deve ser tratado de acordo. Se são indispensáveis em meio à mata, não o são em uma cidade. Já passou da hora de se acabar com este coitadismo que impera no Brasil há 9 anos.” A figura desestabiliza a hierarquia, reordena os métodos e impõe uma nova série de ações para que se assimile o que ocorre, de forma inteligível, imparcial e soberana. A presença de um estranho reorienta a percepção dos cidadãos e faz com se sintam estranhos. “Não é questão de ser racista. Muito pelo contrário; racistas são aqueles que taxam os índios, seres humanos que são; de: ‘nossos índios’. Como se estivessem falando ‘nossos bichos’. Seja índio, seja branco, seja negro: invadiu prédio público; borracha neles!”. Porém, uma vez abalada a estrutura, violada a pele do cotidiano da cidade, se rompe a confiança no mundo, tudo está perdido. Somos agora nós, a partir do índio. Não querendo ver o olho, que sabemos que vê, que nos vê, que nos desnuda.

INTRODUÇÃO

A presença do Outro, o ato de perceber uma posição externa à existência individual marca um acontecimento urbano, um instante de abertura para uma experiência alheia ao controle e a qualquer pré-determinação. A violação de uma suposta segurança instaurada pelo controle reverbera no contexto da cidade a partir dos atuais modos ocupação e uso do espaço, bem como nas formas de assujeitamentos da alteridade na cidade.

O contexto originado nas cidades com sua estrutura e dinâmica oriundas das reformas urbanas modernistas do início do século XX constituiu, nas lógicas de sociabilidade e ocupação do território urbano, espaços de exclusão. A partir da aplicação de conceitos de rigidez funcional, pré-determinações e auto-suficiência das unidades que compõe a atividades diárias das cidades, a cidade se estrutura sobre um modelo que condiciona a experiência multissensorial, tônica das cidades emergentes do período pós-revolução industriais, se desenvolvendo de forma a ser a geratriz de uma experiência hipersensorial, ainda que cada elemento sensorial seja explorado de forma pré-determinada pelos agentes de poder hegemônicos.

A gênese dessas cidades, em especial o Rio de Janeiro, é a objetivação política de uma nomeação centralizada na figura do planejador, o ente técnico-político atuante a partir de fora do processo de construção cotidiana e que subjugam as territorialidades estabelecidas para a constituição de reterritorializações desterritorializadas, tal como ocorre na cidade do Rio de Janeiro.

O território é compreendido enquanto conceito teórico capaz de apreender a dimensão do espaço a partir da disputa de poder (HAESBAERTH, 2007. p.36) e, enquanto ato e processo efetuado a partir de agentes sociais, compreende-se enquanto ação em devir.

Neste sentido, as territorialidades estabelecidas a partir das disputas de hegemonia na cidade podem seguir, no processo de planejamento, um caminho de assimilação, causando de alguma forma sua degeneração ou

ressignificação. Isto implica em uma reinterpretação dos papéis dos atores na produção do espaço público, com a assimilação de identidades e a naturalização de processos sociais, causando a desestruturação de movimentos que resistem e questionam as imposições determinadas pelo processo de planejamento, bem como os desqualifica perante os próprios agentes ou perante os demais atores sociais.

Essas territorialidades heterogêneas e singulares podem sofrer também um processo de eliminação ou dissolução, ou seja, serem substituídas pelo discurso de homogeneidade aplicado pelo poder técnico-político hegemônico.

A destituição da identidade¹ a partir da eliminação de territorializações urbanas abala a garantia da viabilidade da convivência e sociabilidade construídas no cotidiano da cidade. Tal inviabilidade da garantia de sociabilidade geraria a impossibilidade de se estabelecer bases para a construção da experiência de sentido na cidade e de empatia no espaço urbano.

DISCURSO COMO DISPUTA DE PODER

Os discursos constituidores da idéia de cidade foram construídos, difundidos e assimilados ao longo do processo de implementação das grandes reformas urbanas, ocorridas no início do século XX, nas grandes capitais. Tais discursos se moldaram a partir de uma ótica conciliatória e de coesão, de modo a fixar os diferentes atores estabelecidos e articuladores do processo em curso, bem como nomear os agentes não hegemônicos.

O poder hegemônico composto pelos proprietários fundiários, pela burguesia em ascensão e pela classe política estabelecida, constrói conceitos

¹ Importante notar as amplas significações do conceito de identidade, em especial entendendo a dualidade do termo uma vez que pode ser compreendido por sua gênese oriunda do fim do sec. XIX, a partir do estabelecimento de vínculos e construção do sentimento de pertencimento (Estado, Nação), porém também a partir da própria negação do Outro, do que vem de “fora” e do desprezo da alteridade. Neste caso, o trabalho se apropria do conceito de identidade a partir da perspectiva de consolidação de vínculos, de modo relacional, de um “eu” singular imbricado em sentidos construídos a partir da inserção cultural. (HALL, Stuart; *A identidade cultural na pós-modernidade*, 2000, Rio de Janeiro, DP&A.)

em aliança com o saber técnico-urbanístico e se apropriam de práticas como estratégias e variáveis táticas na constituição do espaço urbano. Essas variáveis se instalam no âmbito da homogeneização das diferenças e na construção de uma cultura apoiada em leis de convívio e hospitalidade. Esse movimento “cala” todo outro projeto que não se enquadra no projeto de normatização instaurado pelo movimento moderno.

O processo de afirmação política a partir da elaboração de um discurso hegemônico homogeneizador se mantém enquanto estratégia de dominação. Sendo ainda mais complexo e dinâmico a partir da emergência de signos incorporados na estrutura de um desenho urbano e de uma arquitetura subordinada a representabilidade que afirmam uma cidade óbvia e limitam as possibilidades de oferecer ao cidadão um espaço interativo e propositivo.

Limitando ou negando as possibilidades de construção discursiva do cidadão a cerca da cidade exclui-se o poder criativo advindo do conflito e da diversidade, limitando as aberturas para elaboração de rupturas e superações. Desta forma a arquitetura e o urbanismo se afirmam como estratégia política chave para a inserção de controle no desenvolvimento das grandes cidades do século XX.

O desenho urbano rígido/estático, principal característica dos planos urbanos dos últimos séculos, não se baseia numa compreensão de cidade a partir de uma construção dinâmica e coletiva, e tem em sua gênese uma visão representativa, ou seja, uma visão constituída a partir de um ideal metafísico de verdade, uma construção baseada numa idéia inatingível – por já haver existido ou por nunca ser alcançada.

Tal processo metafísico conduz na impossibilidade de se pensar sobre as possibilidades implícitas, nos usos latentes e nas derivações do espaço. Um desenho com bases num ideal de verdade – certo/errado, belo/feio – limita, e constrói um sentido único de significados compartilhados.

O desenho urbano, neste sentido, é entendido como um discurso, uma vez que abre a possibilidade de disputa de concepção dentro de um sistema de poder. Segundo Foucault (2002) discurso “não é simplesmente aquilo que

traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearnos.” (FOUCAULT, 2002, p.4)

Portanto a arquitetura e o desenho urbano são instrumentos de disputa de poder uma vez que são constituintes de discursos e ainda são, em si mesmo, discursos entreabertos, permeados por fissuras² e por possibilidades de usos. Ao estabelecer territórios, seja a partir de elementos objetivos como forma, espaço e estabelecimento de funções, ou subjetivos, como a identificação coletiva, signos e sistema de significâncias, a arquitetura compõe um discurso que se sujeita ao mundo ao mesmo tempo em que é assujeitado.

No processo de construção de um discurso coeso de aceitação das reformas urbanas, fruto da articulação de um setor da elite política com o saber técnico-urbanístico, pode-se reconhecer a chamada *vontade de verdade* apresentada por Foucault como um dos sistemas de exclusão constituídos no âmbito do discurso histórico e científico. Um modelo de saber baseado em certezas práticas e autoritárias, cujo cerne está o poder de nomeação e enrijecimento dos processos dinâmicos de interação. Desta forma, segundo Foucault,

“em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2002.p.2)

TERRITORIALIDADES COMO CAMPO DE DISPUTA

A pesada materialidade anunciada por Foucault pode ser compreendida como a elaboração de um tecido psico-sócio-espacial, base para a geração de um contexto em que se estabelece a posição e a identificação -nomeação- dos agentes de produção do espaço urbano. A construção desse contexto é de grande importância para que se torne evidente aos agentes envolvidos as categorias e suas posições relativas neste tecido.

² Referente a uma incompletude não direcionada a uma totalidade a ser alcançada.

Estabelecem-se nesse processo de construção-coesão discursiva os conceitos que serão assimilados pelos atores sociais, apresentando-se também os recursos de poder disponíveis.

Tais condições expressam a materialização da disputa de poder, ou seja, os recortes e definições territoriais, fronteiras e margens de reconhecimento social, estabelecidos na cidade a partir de códigos e subordinações.

Neste contexto, segundo a perspectiva abordada, os territórios são entendidos como um sistema de categorias efetuado por agentes sociais e objetivadas pelo referimento espacial a um conjunto de signos. (ARAUJO, 2007)

Em outras palavras, são constituídos por ações criativas que estabelecem limites a partir de uma forma, por vezes expressa no desenho urbano ou em modelos de apropriação do espaço. Seus limites independem de espaços geográficos, porém os espaços são, também, um dos meios explícitos de definição de territorialidades. A espacialidade estabelecida pelo território é determinada por uma relação de poder, seja o Estado, as relações inter indivíduos, história, nação ou identidade.

Para Deleuze, o território é ato que limita os processos, dando-lhes uma zona de domínio que cria o sentido de dentro e fora. Cada uma dessas instâncias guarda correspondentes específicos com poderes e sensações que se materializam nos processos de ocupação humana.

Os limites unificam e passam a caracterizar os poderes atuantes nas delimitações. “Os poderes de dentro serializam, registram e modelam as pessoas que circulam em seus limites, configurando a identidade do território e demarcando a alteridade que lhe contrapõe, o lado de fora”(PORTELA, 2007). Ainda que esses limites também sejam percorridos transversalmente, expondo sempre, a multiplicidade de relações que os compõe.

“os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos, o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATARRI, ROLNIK, 1993)”

A territorialidade é estabelecida a partir da culturalização do espaço no estabelecimento de sistemas de identificação do sujeito, no processo de subjetivação em si, e ao mesmo tempo, na subjetivação no outro. Ou seja, o território em questão não trata do espaço empírico nem tampouco do espaço idealizado, e sim do *intermédio*, do estado relacional de construção de identidade e de sua dimensão significativa.

A partir do estabelecimento de territórios, indivíduos ou grupos sociais se reconhecem por compartilharem particularidades da vida em comum. São observados certos padrões que constituem por si valores a serem identificados e coesionados, a fim de construir uma identidade comum e possibilitar a existência política dos indivíduos. Como parte do processo de constituição destas identidades, parte-se da assimilação de uma alteridade territorial. Em localizar o outro, garante-se algum controle sobre a identidade do espaço e, assim, dos atores e usuários.

O estabelecimento dessas identidades - dos outros - se não fundamentadas em políticas públicas ou ações de Estado, muitas vezes é ratificada pelo poder oficial, e define condições de sociabilidade na explicitação dos papéis e dos sentidos ocupados por cada ente urbano.

Como consequência desse estabelecimento de relações de alteridade, a correlação de grupos sociais em espaços urbanos se dá também pela construção de estigmas, isto é, marcas identitárias assimiladas socialmente e incorporadas enquanto definição hierárquica de grupos urbanos. O estigma, então atribuído a certo grupo, torna-se a expressão social da disputa de poder no território.

CONSTRUÇÃO DE ESTIGMA NA EXPRESSÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Etimologicamente o estigma origina-se de uma marca física atribuída a certos indivíduos, pertencentes a grupos sociais específicos reconhecidos a partir de seu baixo status moral. Seriam signos estabelecidos de identificação social marcando a necessidade de que o contato com tal indivíduo fosse evitado, principalmente no espaço público.

Esta associação de marca identitária com espaço público carrega a noção de formação de identidade social a partir de expectativas normativas. Sendo “que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo.” (GOFFMAN, 2004, p.5). Ou seja, as marcas identitárias sociais são incorporadas a grupos de indivíduos a partir de noções preconcebidas, afirmadas autoritariamente a partir de discursos homogeneizantes expressos na arena pública.

“Agora passemos do normal à pessoa em relação à qual ele é normal. Parece, em geral, verdade que os membros de uma categoria social podem dar muito apoio a um padrão de julgamento que, eles e outros concordam, não se aplica diretamente a eles. (...) A distinção reside entre o cumprir uma norma e o simplesmente apoiá-la. A questão do estigma não surge aqui, mas só onde há alguma expectativa, de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la.” (GOFFMAN, 2004 p10)

Segundo Elias (2000), a construção de estigmas se dá pela assimilação de conceitos comuns por grupos envolvidos que travam alguma relação entre si, tais conceitos, em muitos casos “não tem nenhum sentido fora do contexto específico em que são empregados, mas apesar disso, ferem profundamente os outsiders, porque os grupos estabelecidos costumam encontrar um aliado numa voz interior de seus inferiores sociais.” (ELIAS, 2000)

Portando, a partir destes autores, pode-se entender o estigma como um conceito essencialmente relacional, coberto por expectativas e cumprimentos de funções determinadas por um contexto sócio-territorial compartilhado. Daí a

necessidade da construção social destes contextos compartilhados onde a afirmação da identidade é tida como ponto central, e a disputa discursiva acerca desta identidade é o que permearia centralmente os conflitos territoriais urbanos.

Sendo estes conflitos por territórios disputas discursivas relacionais, é importante observar a influência e a penetrabilidade da concepção dos fundamentos modernistas nas cidades contemporâneas. Um conceito fundamental, depois incorporado de forma recorrente em políticas públicas, é a necessidade da especialização das funções urbanas³, sendo usualmente entendido como a concentração de atividades específicas em regiões determinadas.

Com a especialização de funções, especializam-se as categorias identitárias e os estigmas se apresentam mais enraizados. Setores específicos são freqüentados e habitados por parcelas homogêneas da população e, desta forma, se institui uma lógica urbana segregadora, onde não apenas as funções são rigidamente determinadas, mas também os agentes, os comportamentos e as ações no espaço público.

³ A própria questão de função urbana, ou função na/da cidade é por si só questionável, não entende-se aqui que há uma função intrínseca da cidade e sim que determinadas ações se estabeleceram enquanto marcas de um modo de vida e sociabilidade urbanos. Como ressaltado por Aldo Rossi as características estáveis constituintes da arquitetura(cidade) objetivam a “criação de um ambiente mais propício a vida” com “intencionalidade estética”. ROSSI, 2001. Portanto não há funções urbanas em si, e sim características que determinam modos de vivenciar e experienciar o espaço construído, porém uma vez incorporadas na dinâmica socioeconômica essas categorias se enrijecem se tornando pré-determinações de usos do espaço.

CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DO OUTRO

As bases para a construção identitária são constituídas pelo estabelecimento das marcas territoriais, onde se define o perímetro de identificação de si e do outro. No movimento de atribuição de uma identidade, redesenha-se a inserção social e o local de disputa, bem como se identifica e classifica o, até então, desconhecido. Segundo Canetti (1995) “não há nada que o homem tema mais do que o contato com o desconhecido. Queremos ver o que vai nos tocar, queremos poder reconhecer, ou em todo caso, classificar.”

Assim, ainda segundo o autor, o contato com o desconhecido é efêmero, visto que imediatamente é substituído por uma interpretação hostil do meio. Tem-se então a certeza da necessidade de se proteger, de se estar sendo violado pela própria idéia de estar onde se está.

Que seria então esse ato de violência da nomeação, essência do estado de hostilidade perante o mundo? Formulada por Derrida a questão segue ao encontro de um Outro ativo e aberto ao processo de construção de uma representação de mundo.

O que me diz a manifestação da verdade nua de todo o olhar, “*nos olhos vendo e não apenas vistos pelo outro?*” (DERRIDA, 2011)

A pergunta formulada por Derrida passa essencialmente pela compreensão do limite territorial enquanto extremo suportável e, em sua violação, a morte para o mundo. Amery desenvolve tal questão a partir da ótica da tortura, quando, após um único golpe existe o rompimento do que ele chamou de *confiança no mundo*. Pois sendo ao menos a superfície da pele, esse limite territorial suportável. Caso queira que se estabeleça alguma confiança no mundo, haveria então o direito de só se sentir o que queira. Uma vez abalada a fronteira primordial constituída, em ultima análise, pelo corpo, há então o aniquilamento da identidade.

“Gostaria de me confiar a palavras que sejam, se possível fosse, nuas.”
(DERRIDA, 2011. p11)

As palavras nuas, desejadas por Derrida no início de seu texto *O Animal que logo sou*, apresentam sua preocupação em escancarar o privilégio dados aos homens, por eles mesmos, em instituir – autoritariamente - uma identidade a outro ser vivente.

“O animal, que palavra! É uma palavra, o animal, é uma denominação que os homens instituíram, um nome que eles se deram o direito e a autoridade de dar a outro vivente.” (DERRIDA, 2011. p48).

É a partir de um contato inesperado com o Outro-animal que o filósofo é obrigado a reestruturar sua perspectiva identitária, individual e humana, e a partir deste Outro, “*mais outro que qualquer outro e que eles chamam animal*”, se reconfigura aspectos de identificação com os nomeadores – homens – e com os nomeados.

O movimento de nomeação do Outro-Animal ocorre, aparentemente, como se os homens-nomeadores pudessem ver sem serem vistos. Criando uma auto-identificação anterior ao ato, desta forma “(...) sou-lhe apresentado antes mesmo de me apresentar.” (DERRIDA, 2011). Assim, esse aparente estado de não ser visto pode ser identificado como também uma imposição de poder e estabelecimento de estigmas.

A identificação do sujeito urbano, a partir da construção de alteridade é elemento central na compreensão da construção do espaço público. O Outro-animal vem por meios diversos e se apresenta com caracterizações determinadas para as situações necessárias, a partir daí há o contentamento com a apresentação prévia, com o já conhecido, o pré-conceito dado anteriormente por outro, uma estratégia de fuga da responsabilidade do ato de nomeação.

CENA 2

A placidez estática de um pátio, em uma tarde ensolarada na Califórnia. Linhas horizontais da laje e das esquadrias marcando o pano de vidro que abre para o interior da residência e, ainda que sutilmente, insinua uma paisagem urbana por detrás do observador. A perfeita horizontalidade mais explicitada por sua harmonia com as sutis ancoragens nas palmeiras verticais que marcam a latitude tropical e nos delicados frisos da cortina. O indício de presença na cena é dado pela cadeira ligeiramente deslocada, porém já vazia. Esteve alguém lá, que passa indiferente pela perfeita rigidez das formas da casa funcional. Entretanto, uma presença é percebida, deslocado da ortogonalidade, uma linha angular atrai o olhar para um distúrbio no espelho d'água. A única presença humana não está descrita enquanto sua presença física, mas enquanto a perturbação de uma rígida placidez construída. O instante é capturado e nele há refletido toda a contra-lógica do pré-suposto. O planejamento e ordenamento arquitetônico-paisagístico sucumbe à presença do Outro, o não convidado a participar, a ação em devir. No espaço íntimo, interno, longe de observadores estranhos, é que se explicita o rompimento com o pudor, publicizando um subversivo ato-vontade. Assim, pela fresta da condição modernista o transtorno está presente, no momento em que algo se percebe fora do controle.

HOSPITALIDADE

Nas formas de habitar um espaço compartilhado emergem questões de ordem política, que implicam na convergência de demandas éticas, estéticas e identitárias, coincidentes à compreensão do papel relacional do espaço construído. Entendendo que a arquitetura/urbanismo se realiza apenas a partir de uma abertura relacional ao objeto, toda vivência urbana é um ato transformador, uma vez que, trazendo para a compreensão através Levinas, “a

obra pensada radicalmente é um movimento do mesmo para o outro que não volta mais ao mesmo”.⁴ (LEVINAS. 1972 , apud CARVALHO.2005)

Desta forma, toda experiência está ancorada em uma marca surgida a partir de um transtorno, ou um rompimento, com uma in-possível segurança, de que se sairá ileso após a experiência de relação sujeito-objeto. Esta segurança é a base dos conceitos incorporados às experiências modernas de projeto e que são elementos chaves na construção do paradoxo da hospitalidade apresentado por Derrida.

As condições que se estabelecem no ato de receber ou conviver com um Outro estranho às identidades territorializadas e as identificações culturais que a marcam o espaço urbano, são elementos fundamentais para a compreensão das potências da sociabilidade na cidade.

Daí a emergência da questão apontada por Derrida onde se entende a hospitalidade como um ato além da cultura, como um ato de pensamento. Através do pensamento-hospitalidade se buscaria ir além dos dilemas éticos de receber, abrir o local de firmeza e segurança para o estranho, o estrangeiro, e sim compreender o papel que esse Outro que chega, sem identidade, sem nome, sem uma trajetória hereditária confiável, propícia na própria experiência de mundo.

“Hospitalidade é a própria cultura e não uma ética entre outras. Na medida em que ela diz respeito ao ethos, a saber, a morada, a casa própria, ao lugar de residência familiar assim como o modo de nela estar, ao modo de se relacionar consigo e com os outros, com os outros como com os seus ou como estrangeiros, a ética é a hospitalidade, ela é parte a parte co-extensiva com a experiência da hospitalidade, seja qual for o modo como se a abra ou se a limite”⁵ (DERRIDA. 2001 , apud CARVALHO.2005)

⁴ E. Levinas. La signification et le sens. In: *Humanisme de l'autre home*. Paris: Fata Morgana, 1972, p.44

⁵ J. Derrida. *Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!*. Trad. Fernanda Bernardo. Coimbra: Minervacoimbra,2001,p.43

A possibilidade de convivência, tida como atributo por excelência do espaço urbano, agrega à esfera coletiva o conflito de hospitalidade, uma vez que aceita a sua condição de público e aberta para o abrigo ao Outro. O espaço de acolhimento se insere no limite da experiência de cidade, esse limite transita em suas condicionantes de abertura ou na sua incondicionalidade de recepção.

O problema da hospitalidade se insere no espaço uma vez que este estará sujeito a receber esse outro absoluto, não nomeado, inesperado, em condição anterior à condição de estrangeiro, esse que não é ainda nada. O conflito se dá, pois é neste mesmo espaço que a esfera pública foi culturalizada e territorializada pelos agentes urbanos estabelecadores da ordem.

Ortega (2002) apresenta ainda a problemática da assimilação, aculturação deste Outro estrangeiro à ser recebido na esfera pública. O espaço urbano está sujeito à recepção do estrangeiro, porém tal atitude gera uma série de problemáticas. Como receber um Outro, que por si mesmo questiona minha própria identidade e tem a capacidade de arruinar a segurança do meu espaço?. Neste processo ele pode receber as marcas de identificação estigmatizadoras, ser aceito a partir de condições de assimilação cultural ou simplesmente ocupando um espaço antes utilizado por outrem.

A relação de hospitalidade, então apresentada, se dá a partir de um movimento de abertura a compreensão da posição do Outro, e assim à negociação intermitente. Esse movimento se referencia ao processo de negociação constante sem regras pré-determinadas sobre um programa⁶ vazio (ORTEGA, 2002, pg.21). Assim descrito por Derrida (2003, p.33), a hospitalidade

⁶ Programa entendido aqui de forma ampla, inclusive e especialmente a partir da definição de programa de necessidades, encontrada no Dicionário ilustrado de arquitetura, de Albernaz e Lima: “1- espaço arquitetônico definido de acordo com o conjunto de atividades sociais e funcionais nele exercido e com o papel que representa para a sociedade. Os programas arquitetônicos modificam-se no tempo segundo as novas necessidades criadas pelo homem. 2- Classificação, em termos genéricos ou minuciosos, do conjunto de necessidades funcionais correspondentes à utilização do espaço interno e à sua divisão em ambientes, recintos ou compartimentos, requerida para que um edifício tenha um determinado uso.”

“deveria ser negociada a cada instante, e a decisão para a hospitalidade, a melhor regra para a negociação, deve ser inventada a cada segundo com todos os riscos envolvidos, e isso é muito arriscado. A hospitalidade – e hospitalidade é o nome geral para todas nossas relações com o outro – deve ser reinventada a cada segundo, ela é alguma coisa sem uma regra pré-determinada”.

O ato da hospitalidade pura se faz então em ato-pensamento de aceitação e abertura completa, um ato pré-político, pré-ético, um ato que tende ao impossível e paradoxal, porém que se afirma no reconhecimento e uso do espaço urbano/arquitetônico. Para Derrida, é como se a própria lei da hospitalidade absoluta definisse a impossibilidade do cumprimento desta, e leis imperativas se inscrevessem na sua própria transgressão.

Leis de acolhimento a partir de condições estabelecidas, isto é, normas, direitos ou convenções instituídas no âmbito social gerariam uma hospitalidade limitada. Tal limitação faria que esse estrangeiro fosse recebido a partir de sua singularidade, portanto impondo uma leitura pré-concebida, rígida e formalizada do outro. O espaço moderno, portanto, recebe, mas não abriga a alteridade, ao invés disso, instaura outras leis e limita ainda mais as possibilidades do gesto da hospitalidade.

LUGAR NA HOSPITALIDADE

O lugar na hospitalidade é o lugar do *aqui e agora em alguma parte* (DUFOURMANTELLE, apud DERRIDA, p.58). “Como se o lugar que estava em questão na hospitalidade fosse um lugar que não pertencesse originalmente nem aquele que hospeda, nem ao convidado, mas ao gesto pelo qual se oferece acolhida ao outro”.

A hospitalidade se destina ao gesto inscrito em um espaço-tempo não determinado, o ato de acolhida é um ato que transcende às marcas culturais e políticas territorializadas. Assim, a hospitalidade é um ato espacial, porém desterritorializado. Um ato que deixa o espaço em crise, uma vez que desqualifica, ou sutilha, uma ética da necessidade, do utilitarismo urbano/arquitetônico.

A aceitação de uma hospitalidade pura, dedicada a um Outro absoluto é uma ameaça ao atual estado da sociedade, onde qualquer ato ou objeto necessita de uma justificativa funcional para sua existência. “Como se, para uma sociedade devotada para a quantificação do útil e do eficaz, o perigo supremo estivesse no inútil, no sem finalidade, na gratuidade absoluta.” (DUFOURMANTELLE, apud DERRIDA, 2003 p. 60)

Na arquitetura e urbanismo essa contradição fica evidente, se há a possibilidade de existência de um gesto livre e de aceitação do Outro de que forma esse espaço se expressaria?

Segundo Solis (2009), é possível encontrar sinais desta hospitalidade apresentada por Derrida ao longo de toda a história da arquitetura ocidental, inclusive havendo uma predominância de uma arquitetura de hospitalidade. Dos átrios das casas romanas, abrigos e estalagens à marquises e serviços hoteleiros dedicados ao conforto de um visitante.

Porém a hospitalidade na arquitetura não se faz simplesmente com aberturas ou elementos de conforto, o espaço aberto não garante o ato de acolhimento, o lugar da hospitalidade seria muito mais o espaço *em* aberto, o espaço que se abre a cada instante e faz-se lugar.

A hospitalidade precisa de um lugar para que o gesto se realize, e o gesto tem o potencial de modelação do espaço. É no espaço-tempo que se unificam as instâncias de violação ou abertura, do traço do arquiteto, aos nativos, às apropriações e aos recém chegados.

DESCONSTRUÇÃO NA ARQUITETURA

Como apontado por Eisenman (2008), diferentemente de outros campos do saber, em especial da ciência e da filosofia, na arquitetura não houve um eco as mudanças estruturais oriunda das críticas à estrutura de pensamento dialético-metafísico hegeliana. Ainda que se suponha uma nova abordagem a cerca da teoria da arquitetura e urbanismo, e apesar das formas inovadoras e novas tecnologias incorporadas nos projetos mais recentes, a teoria da arquitetura/urbanismo mantêm o mesmo paradigma de continuidade da postura clássica. (EISENMAN, 2008)

A crítica ao pensamento metafísico platônico a partir da abordagem oriunda da virada lingüística do século XX, e mais tarde formulada por Derrida, constituiu uma forma de abordagem através da ótica da desconstrução, onde os sentidos de verdade e origem, bem como as derivações através dos binômios essenciais da metafísica incorporados a arquitetura – forma/função, estrutura/ornamento, público/privado – são resignificados e des-hierarquizados. Para Dirce Solis a “desconstrução na arquitetura não consegue suprimir a significação ou a função. Ela apenas mostra que a relação significante/significado, forma/função aparece num primeiro momento invertida, e num segundo momento (quase concomitantemente) deslocada.” (SOLIS, 2001,p 96)

A desconstrução seria, então, um acontecimento, um ato de *deslocamento textual* de uma obra. A reinterpretação de uma ordem projetual, de um desígnio, e sua superação por uma não autoridade hierarquizada, um devir-lugar onde o espaço está em constante ação, em fluxo.

Por se tratar de uma ação direcionada a textualidade, ela independe do objeto, não se pretende aí aniquilar o dado concreto ou a viabilidade de um objeto produzido (SOLIS, 2001), mas sugerir um rompimento com os princípios fundantes da arquitetura clássica, apresentados por Vitruvius como *firmitas, utilitas e venustas*⁷. Esses princípios nortearam a criação e a crítica projetual ao longo dos séculos, cada qual com sua respectiva oposição negativa, presos

⁷Tríade vitruviana que condiciona toda arquitetura a uma construção firme (ou durável), útil e bela.

a uma hierarquia de valores imutáveis ancoradas, ainda, na questão da autenticidade e originalidade.

A grande dificuldade apresentada por Eisenman quanto à superação da postura moderna numa arquitetura da desconstrução é justamente o paradoxo da construção do lugar. Por operar tanto no âmbito textual, na construção de significâncias, quanto no âmbito objetivo, de elaboração espacial da experiência do *aqui-agora*, a desconstrução busca afetar exatamente o deslocamento do que ela situa.

“Por estar ligada à condição fundamental de abrigo compreendido na sua dimensão física e metafísica, já que ele existe tanto no mundo real quanto no das idéias, a arquitetura opera ao mesmo tempo como condição de presença e de ausência”. (EISENMAN, 2008)

Tal falta de categoria para a definição do projeto arquitetônico realizado “expressa a trama de determinantes que condicionam a experiência concreta com a casa.” (SOLIS, pg168). Seguindo o exemplo apresentado pela autora, são a partir dessas tramas que se estabelecem sentido para *casa* em suas amplas dimensões. Enquadram *casa* não mais enquanto objeto arquitetônico, mas como representação de direitos, como um ato de cidadania, aceitação política, como a questão da moradia.

Ampliando a idéia apresentada, pode-se levar a compreensão de espaço público aberto a hospitalidade a essa trama de experiências. E, a partir daí, problematizar as ações dos entes públicos em vistas aos grandes projetos urbanos contemporâneos, onde se vê, por exemplo, a cada avanço do processo de implementação de modernização/revitalização de áreas urbanas uma dissolução das tramas experienciais. Segundo Jaques (2012):

“Os atuais projetos urbanos hegemônicos orientam-se por uma mesma estratégia: espetacular, asséptica e homogeneizante. Buscam construir consensos, anestesiar desejos, através da hegemonia de uma forma, geralmente a publicitária, de produção de subjetividades.” (JACQUES, 2012.p. 52)

Entende-se, então, o pensamento da hospitalidade no espaço público como a manifestação da desconstrução no ato de habitar a cidade, visto que essencialmente se evocam as tramas de significâncias compartilhadas, seu processo de constante negociação e a necessidade, portanto, da presença do Outro. Tal pensamento vai de encontro com as atuais políticas públicas se tornando mais explícita na materialização de grandes projetos urbanos.

O que se percebe é que nos atuais projetos arquitetônicos/urbanos⁸, sejam incorporações privadas, operações urbanas ou atuação do poder público em áreas de baixa renda, é a eliminação (ou imposição de uma resignificação) das potências das significâncias, direcionando a compreensão do papel do Outro neste espaço. Apesar dos sistemas de significâncias orientarem as relações cotidianas até um certo grau de previsibilidade – com bases em probabilidades espera-se respostas a ações cotidianas – é apenas na interação instantânea que se compreende a dimensão das potências das experiências urbanas.

Não enquadrando este elemento de alteridade dentro de uma nova ótica de uso do espaço urbano, ele perde o sentido, e toda uma série de políticas atuam em conjunto de forma a neutralizar/anular este elemento. Sem um processo anterior de eliminação de sentido e resignificação de subjetividades, as tramas de derivações da hospitalidade freariam, ou tensionariam, a imposição de determinadas ações, imposições éticas ou estéticas no espaço urbano.

É no processo de produção de subjetividades urbanas que o sentido de *hospitalidade* e suas tramas de derivações – sociabilidade, amizade, direito, confiança – são abalados e inviabilizados de serem experienciados de forma plena, ou ao menos, de forma autônoma.

⁸ O trabalho reconhece o problema de se fazer generalizações dentro da imensa gama de projetos executados nos últimos anos e enquadrados enquanto ‘pós-modernos’, o importante aqui é salientar a política/ética norteadora desses projetos bem como a inserção no processo de desenvolvimento urbano e de construtores de subjetividades urbanas nas grandes metrópoles.

ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO POLÍTICO

Como alternativa e resistência aos grandes projetos urbanos implementados sob a égide do movimento moderno, inicialmente no período pós guerra na Europa, houve um movimento de “intervenções discretas” com o objetivo de intervir formalmente, porém não necessariamente propondo uma (re)ordenação espacial. Tal concepção projetual buscava o respeito com a história local e atender a relação das pessoas com o entorno a partir de uma requalificação espacial.

A concepção de projetos pontuais de requalificação se tornou, entretanto, o que ele mesmo combatia. Segundo Arantes (1998), os projetos se tornaram um meio de manutenção do *status quo*, uma vez que passaram a ser uma forma de atuar na “administração das contradições” e esconder (ou distanciar) o problema. As intervenções valorizavam áreas específicas determinadas pela dinâmica dos agentes imobiliários e especuladores da cidade, deslocando a população local devido a sobrevalorização de certas áreas –gentrificação- ou, nos casos de resistência às intervenções, através de ações concretas de poderes policiais.

As intervenções pontuais e, muitas vezes, a gestão do espaço após uma intervenção, é deslocada da esfera pública para o capital privado, de forma que a instauração da cidadania, inerente a concepção de espaço em negociação (experenciado de forma autônoma), é privatizada e, portanto, despoliticada.

Em meio a um processo de retração do valor do espaço público, este, quando foco de políticas públicas e ações sobre o espaço construído, se converte em cenários, onde a iniciativa privada toma a frente de forma a garantir a segurança na reprodução do capital simbólico da cidade, introduzindo a compreensão, absorvida pelo próprio Estado, em instaurar a cidade enquanto um discurso raso, imagético e publicitário. Impondo à política uma suposta neutralidade territorial pela utilização de instrumentos de governabilidade e representabilidade, neutralizando a vida política cotidiana e deslocando a disputa territorial de direito à cidade para uma disputa em campos abstratos dentro do aparato do Estado.

Uma vez que as determinações das políticas públicas se voltam para a esterilização e homogeneização dos espaços urbanos (JACQUES, 2012) há um movimento de reorientação das ações desenvolvidas no espaço público. Essas ações exercidas no espaço público passam a ser alteradas a partir do poder hegemônico seja por ações oficiais efetivas ou por assimilações de subjetividades.

Comportamentos passam a ser exercidos a partir de respostas a presença de uma nova ordem urbana onde até mesmo seu questionamento é parte do enquadramento desta nova ordem. Segundo Arantes (1998) houve um deslocamento do enfoque sobre a cidade, de uma atuação técnica global, o centro passou a ser no domínio da “cultura”. Desta forma, em locais que se formaram como resistência a patologias urbanas, hoje sobrevivem com a estetização dessas patologias. Ainda segundo a autora, “a administração cultural tornou-se o instrumento máximo de ação política, ou melhor, o sucedâneo desta, como forma de administração dos conflitos sociais.” (ARANTES, 1998. p.165)

Quando o discurso sobre a cidade deixou de lado o tratamento prioritário dado a racionalidade, funcionalidade, salubridade e, portanto, no âmbito da sociedade como um conjunto, ele passou a ser regido pelo princípio da flexibilização, daí o foco da identidade pelo design e da representação simbólica. “Assim, fala-se cada vez menos em planejamento da cidade que, deste modo, estaria obrigada a obedecer a um modelo estável de otimização do seu funcionamento, e cada vez mais em requalificação.” (ARANTES, 1998. p.146)

Este espaço público é onde se pretende a construção das resistências, ainda que, ao se discutir a ordem de ocupação nos marcos do pensamento moderno e na continuidade sob a ótica da flexibilização e requalificação dos espaços, tais resistências estarão subordinada a ordem hegemônica. Os processos de resistência não constroem espaços de desconstrução, não constroem bases para a hospitalidade, e ai perdem a potencia da resistência territorial.

A instauração da lógica moderna apoiada nas instituições disciplinares, regulamentações e espaços fechados, como analisado por Foucault, deslocam a experiência política do espaço público. O movimento de retração do espaço público se desenvolve cada vez mais para o cerco sobre o cidadão individual. O próprio estabelecimento da família burguesa enquanto critério da construção da sociabilidade é um direcionamento para a intimização e privatização das relações modernas. Segundo Ortega (2002), a “vida pública, o mundo compartilhado – o espaço de visibilidade para os antigos -, tornou-se moralmente inferior diante da felicidade, prometida pela vida burguesa.”

A burguesia, no entanto, constrói um discurso de negação da cidade, porém reorienta este discurso por não prescindir de espaços de controle e reprodução do capital. Para tanto se expandiu o conceito de cultura para praticamente todas as dimensões da vida social não havendo experiência ou artefato que não tenha um significado cultural qualquer, deslocando a luta por direitos para uma luta por reconhecimentos de “identidades culturais.” (ARANTES, 1998. p.152)

O domínio da imagem, da cidade enquanto publicidade e da velocidade da informação perpetua-se em todas as esferas da vida do indivíduo urbano, forçando o isolamento narcisístico como forma de controle (ainda que falso) do desenvolvimento da sua vida. No entanto é neste movimento que se afirma cada vez mais a subordinação da vida na cidade ao Capital e as articulações dos grupos hegemônicos.

A questão é que as derivações da sociabilidade construída com base na hospitalidade na cidade passaram a ser elementos de radicalidade contra-hegemônica. O convívio com o Outro absoluto - o estranho inominado - no espaço público é um elemento de resistência contemporânea. O fato de aceitar uma presença fora das determinações territoriais e identitárias (culturais) abala as bases da compreensão da cidade contemporânea.

Uma vez que o discurso oficial propõe uma nova cidade sobre já obsoleta, tendo enquanto memória o pitoresco e o espetáculo enquanto motriz

da estrutura cotidiana, o lugar - ou o espaço de identificação territorial - estaria se configurando enquanto coeso e estável na apreensão simbólica e formal da cidade, isto através de uma ofensiva publicitária – simbólica, arquitetônica – e uma ofensiva policialesca territorial. A construção dessa nova cidade se dá em todos os âmbitos da vida urbana, assim os atos de resistência a tais ações se dão da mesma forma fragmentada, porém intermitentes e espalhados pelo território.

PISANDO NA GRAMA E MERGULHANDO NO ESPELHO D'ÁGUA

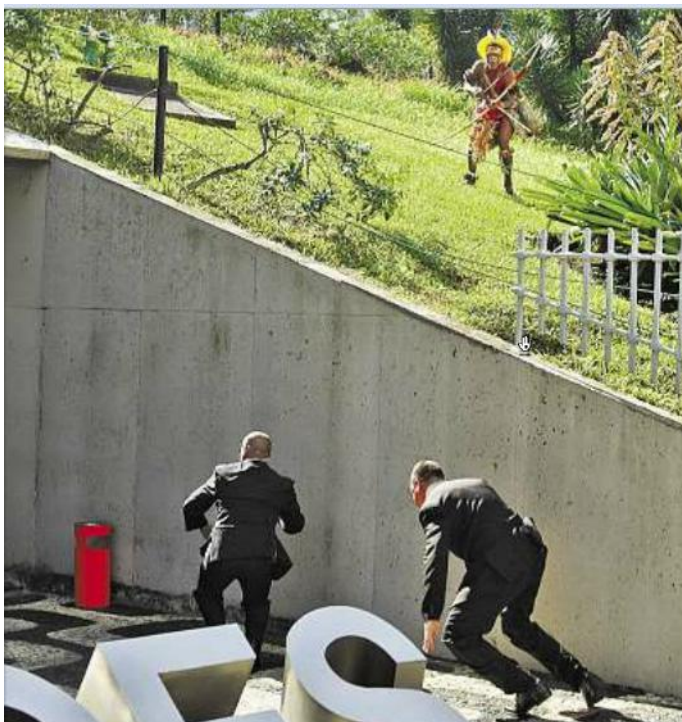
A presença de uma marca identitária não pré-determinada se torna um ato de resistência ao processo de imposição de um discurso no espaço urbano. Da mesma forma que se apresenta o “método” de errância na cidade como uma experiência de alteridade (JACQUES, 2012.p.56), a não identificação de identidades ou funções do espaço urbano proporciona uma abertura à possibilidades de compreensão diferenciada.

A hospitalidade passa a ser elemento de tensionamento a cada vez que se identifica um possível contato. Sem pré-determinações, cada encontro, troca de olhares, terror ou desejo, despertado no espaço urbano se torna um ato de experiência de hospitalidade. Ainda que a reação seja a aversão explícita ou da clássica expressão *blasé*, o confronto com o Outro carrega uma neutralidade impossível e, conseqüentemente as ações públicas, políticas e formais da cidade o carregam enquanto fator inexorável.

A figura de um índio que caminha no gramado de um edifício público em área central da cidade ou o distúrbio de um espelho d'água em uma casa de estilo modernista californiana evocam a presença de um Outro absoluto, fora do controle funcional ou de pré-determinações identitárias que nos obriga a nos deslocar de um ponto de segurança para a vastidão das possibilidades do confronto de alteridade. Obriga-nos também a ter um posicionamento político e ético quanto a uma incorporação do conceito amplo da hospitalidade plena na construção do discurso constituidor de cidade.

Numa cidade onde o conflito com o poder hegemônico se dá cotidianamente, estar atento aos desdobramentos da hospitalidade, bem como das ações que desencadeiam esses desdobramentos, é essencial para que se tenha uma compreensão ampla das potencialidades no território. A trivialidade de um ato no espaço urbano nas atuais cidades carrega um potencial revolucionário uma vez que dele se explicitam as disputas de poder, os processos segregadores, bem como o conflito da alteridade intermitente.

ANEXO



BAUTZER Tatiana, O verde avança mais nas empresas, **Isto é dinheiro**, Rio de Janeiro, 22 junho. 2012. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/88020_O+VERDE+AVANCA+NAS+EMPRESAS



HOCKNEY, David. A bigger Splash, 1967, disponível em: <http://www.hockneypictures.com>

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia B. Fiori. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo, Edusp, 1998.

ARAUJO, Frederico G. B. "Identidade" e "Território" enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, Frederico G. B. de; HAESBAERT, Rogério. (Org.). **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. p. 13-32.

BERNARDO, Fernanda. Mal de Hospitalidade In: NASCIMENTO, Evandro (Org.). **Jacques Derrida: pensar a desconstrução**. São Paulo. Estação Liberdade. 2005. p. 173-206

BAUTZER Tatiana, O verde avança mais nas empresas, **Isto é dinheiro**, Rio de Janeiro, 22 junho. 2012. Disponível em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/88020_O+VERDE+AVANCA+NAS+EMPRESAS

CARVALHO, Luis F. M.. Sobre a hospitalidade. In: NASCIMENTO, Evandro (Org.). **Jacques Derrida: pensar a desconstrução**. São Paulo. Estação Liberdade. 2005. p. 207-214

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo. Cia das Letras. 1995.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo. Ed. Unesp, 2011. Trad. Fábio Landa.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo. Escuta. 2003. Trad. Antonio Romane.

EISENMAN, Peter. Blue Line text. **Revista A.U.**, 2008. Trad. Márcia Campos, disponível em <http://poscriticismo.blogspot.com.br/2008/10/blue-line-text.html>

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Versão em pdf de Marcelo Barbão, 2002. disponível em www.ciberfil.hpg.ig.com.br.

GUATARRI, F. ;ROLNIK, S.. **Micropolítica**. Cartografia do desejo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Versão digitalizada 2004. Disponível em <http://www.se-rj.com.br/IBMR/TEXTOS%20IBMR/institucional2011sem01noite/ESTIGMA.pdf>.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico G. B. de; HAESBAERT, Rogério. (Org.). **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. p. 33-56.

HALL, Stuart; **A identidade cultural na pós-modernidade**, 2000, Rio de Janeiro, DP&A.

HOCKNEY, David. A bigger Splash, 1967, disponível em <http://www.hockneypictures.com>

JACQUES, Paola B.. Experiência errática da Cidade: em busca da alteridade urbana. In: RIBEIRO, Ana Clara. T.; VAZ, Liliam F.; SILVA, Maria Laís P.(Org.). **Leituras da Cidade**. Rio de Janeiro. Letra Capital. ANPUR, 2012.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole**. São Paulo. Hucitec, 1999.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo, Ed. Iluminuras, 2002.

PORTELA, Thais B. **O urbanismo e o candomblé**: sobre cultura e produção do espaço público urbano contemporâneo. 2007. 377 f. Tese (Doutorado em planejamento urbano e regional) – Instituto De Pesquisa E Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo. Martins Fontes. 2001

SOLIS, Dirce E. N. **Desconstrução e arquitetura**: uma abordagem a partir de Jacques Derrida. Rio de Janeiro. Uapê. 2009.